PREFEITURA DE PIRIPIRI
TERRA QUERIDA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18/2024
CONTRATO Nº 79/2024

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM **O MUNICÍPIO DE PIRIPIRI-PI**, POR INTERMÉDIO DA **PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRIPIRI** E A EMPRESA **FRANCILENE DOS SANTOS CARVALHO–ME,** Pregão eletrônico de Registro de preço para futura e eventual contratação de empresa para aquisição de **frutas e verduras** para atender as demandas dos órgãos da Administração Municipal de Piripiri-Piauí, e os demais órgãos da Administração Municipal.

Aos **03 (três)** do mês de **maio** do ano de **dois mil e vinte e quatro(2024)**, de um lado, o **MUNICÍPIO DE PIRIPIRI/PI**, por intermédio de sua **PREFEITURA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede no Centro Administrativo, S/N, Campo das Palmas, Morro da Saudade, C.N.P.J. nº 06.553.861/0001-83, neste ato representado pela **Sra. Jovenília Aves de Oliveira Monteiro**, Prefeita Municipal, portadora da Carteira de Identidade nº 1.647.811-SSP-PI, CPF nº 619.169.273-00, SSP - PI, domiciliada na Rua Avenida Deputado Raimundo Holanda, nesta cidade, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, e, em seqüência, designado simplesmente CONTRATANTE e, de outro lado a empresa **FRANCILENE DOS SANTOS CARVALHO –ME**, inscrita inscrita no C.N.P.J nº: 42.181.118/0001-03, situada na Av. Dr. João Bandeira Monte, nº 323, Caixa D'água, CEP:64.260-000, Piripiri-Piauí, contato: (86) 9 9928-1711, email: franciadelane02@outlook.com, que apresentou os documentos exigidos por lei, neste ato representado por **Francilene dos Santos Carvalho** , brasileira, CPF nº 026.207.383-85, residente e domiciliada nesta cidade e daqui por diante denominada simplesmente CONTRATADA, têm, entre si, justo e avençado e celebram, por força do presente instrumento, sendo regido pela Lei nº 14.133/2021 e suas alterações, observadas as normas de direito privado, especialmente aquelas constantes na LINDB e, ainda mediante as cláusulas e condições estabelecidas em Edital e no que segue abaixo.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de preço para futura e eventual contratação de empresa para aquisição de **frutas e verduras** para atender as demandas dos órgãos da Administração Municipal de Piripiri-Piauí, e os demais órgãos da Administração Municipal.

1.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;

1.3. Os reajustes e alterações ao Contrato serão formalizados por meio de termo aditivo, sendo possível, de forma excepcional, a antecipação dos seus efeitos contanto que a formalização seja realizada dentro do prazo máximo de 01 (um) mês, de acordo com o art.132 da Lei 14.133/21.

1.4. A CONTRATADA executará os fornecimentos rigorosamente de acordo com os prazos e termos deste contrato e documentos dele integrantes.

CLÁUSULA SEGUNDA – CONDIÇÕES DO FORNECIMENTO E PAGAMENTO DO OBJETO

2.1 O objeto desta licitação refere-se a uma estimativa de utilizaçao dos produtos, a serem aplicadas durante 12 (doze) meses; assim, não poderão ser executados em uma única parcela, devendo haver execuções parciais, de forma a atender as quantidades estipuladas nos pedidos parciais/requisições emitidas.

2.2 A licitante vencedora deverá fornecer o objeto em estrita conformidade com disposições e especificações do edital da licitação, de acordo com o Termo de Referência e à proposta de preços apresentada.

2.3 O início da entrega do objeto ocorrera apos a assinatura do contrato, mediante a emissao de requisiçao e empenho no prazo máximo de 05 (cinco) dias.

2.4 A Aquisição do objeto será de forma parcelada.

2.5 O prazo de fornecimento deverá ser IMEDIATO, diretamente na sede da Prefeitura Municipal e demais órgãos da administração municipal, localizados no município de Piripiri - PI, mediante a apresentação dos pedidos/requisições emitidas pela secretaria, salvo se houver pedido formal de prorrogação deste, devidamente justificado pelo licitante/contratado e acatado pela ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.

2.6 A responsabilidade pelo recebimento dos produtos solicitados ficará a cargo do servidor responsável, designado pela Administração Municipal, que deverá proceder à avaliação de desempenho e atesto da nota fiscal.

2.7 Verificada alguma falha no fornecimento, a Contratada obriga-se a reparar, corrigir, remover, reconstruir, ou substituir, os produtos entregues e não aceitos pelo Contratante, em função da existência de irregularidades, incorreções, no prazo IMEDIATO, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente, sem ônus adicional para a Contratante, sem o que será convocada a segunda classificada, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas nos artigos 155 a 163 da Lei 14.133/2021 e artigos 20 e 56 a 80 do Código de Defesa do Consumidor.

2.8 Fornecidos os produtos solicitados, a secretaria, pagará à licitante vencedora o valor constante em sua proposta comercial, sem qualquer ônus ou acréscimo;

2.9 Após fornecimento dos produtos, a Contratada deverá enviar ao CONTRATANTE a Nota Fiscal/Fatura para conferência e aprovação, através do servidor responsável legalmente constituído para este fim;

2.10 Os pagamentos serão efetuados após a apresentação da respectiva Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada por servidor responsável da CONTRATANTE, acompanhadas da certidão negativa de débitos relativos aos tributos federais e à divida ativa da união e Contribuições Previdenciárias (PGFN/INSS), certificado de regularidade de situação junto ao FGTS e certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT), no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento definitivo.

2.10.1 Os pagamentos serão creditados em favor da contratada, por meio de depósito Bancário em conta corrente indicada na proposta, contendo o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

2.10.2 Na ocorrência de rejeição da nota fiscal, motivada por erros ou incorreções, o prazo estipulado no subitem anterior passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação.

2.14 A licitante vencedora deverá, obrigatoriamente, emitir Nota Fiscal/Fatura com CNPJ idêntico ao apresentado para fins de habilitação no certame e consequentemente lançado no instrumento contratual. As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à CONTRATADA e neste caso o vencimento dar-se-á no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da documentação devidamente corrigida e válida, não ocorrendo neste caso, quaisquer ônus por parte da Administração;

2.15 Nenhum pagamento será efetuado aos adjudicatários enquanto pendente de liquidação ou qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou falta de entrega do produto.

2.16 Será designado pela Administração o Fiscal/Gestor do contrato que será responsável pelo acompanhamento e fiscalização da sua.

2.17 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

2.18 O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

2.19 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

2.20 O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato. (Lei nº 14.133/2021, art. 118).

2.21 Consideram-se aceitos e aprovados os fornecimentos que, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório e da entrega da Fatura/Nota Fiscal, que não sejam contestados pela CONTRATANTE, após a emissão da Ordem de Fornecimento e Nota de Empenho. Firmado pela autoridade responsável.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO CONTRATO

3. O valor global do presente CONTRATO é de **R$ 134.074,00 (cento e trinta e quatro mil e setenta e quatro reais),** para todo o período de sua vigência, conforme valores expressos na proposta vencedora.

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	MARCA	VALOR UNT.	VALOR TOTAL.
1	Abacate de 1ª qualidade – peso médio de 150g, de textura firme, casaca lisa e sem fungos.	KG	300	Da Serra	R$ 6,55	R$ 1.965,00
2	Abacaxi graúdo de primeira qualidade.	UND	500	Da Serra	R$ 10,40	R$ 5.200,00
3	Abóbora de 1ª qualidade – tipo caboclo ou de leite, peso médio de 2kg, casca lisa e livre de fungos.	KG	100	Da Serra	R$ 5,95	R$ 595,00
4	Abobrinha de 1ª qualidade – peso médio de 100g, e casca livre de fungos.	KG	50	Da Serra	R$ 6,00	R$ 300,00
5	Acelga de 1ª qualidade – embalagem em caixas para transporte retornáveis, apresentação das unidades com aproximadamente 30 folhas.	UND/ KG	150	Da Serra	R$ 8,60	R$ 1.290,00
6	Alface lisa ou crespa, de 1ª qualidade, embalagem em caixas para transporte retornáveis, apresentação das unidades com aproximadamente 30 folhas.	UND	150	Da Serra	R$ 3,55	R$ 532,50
7	Ameixa de 1ª qualidade – peso médio de 50g, casca lisa e sem fungos.	UND	50	Da Serra	R$ 18,10	R$ 905,00
8	Banana Prata (Grande) de 1ª qualidade – tamanho de médio a grande, casca livre de fungos; maturação natural.	UND	2.000	Da Serra	R$ 8,00	R$ 16.000,00
9	Batata Doce de 1ª qualidade – Peso médio por unidade 120g, livre de fungos.	KG	300	Da Serra	R$ 5,25	R$ 1.575,00
10	Batata inglesa, branca de 1ª qualidade – peso médio por unidade 120g, casca lisa e livre de fungos.	KG	500	Da Serra	R$ 5,20	R$ 2.600,00
11	Beterraba vermelha de 1ª qualidade – aparência fresca sem talos, sem folhas, peso médio unitário 50g, livre de fungos.	KG	150	Da Serra	R$ 4,82	R$ 723,00
12	Brócolis de 1ª qualidade – peso médio de 200g e livre de fungos.	KG/UN	150	Da Serra	R$ 9,90	R$ 1.485,00
13	Cebola branca de 1ª qualidade – peso médio unitário de 50g, casca lisa e livre de fungos.	KG	500	Da Serra	R$ 5,55	R$ 2.775,00
14	Cebola roxa de 1ª qualidade – peso médio unitário de 50g, casca lisa e livre de fungos.	KG	250	Da Serra	R$ 7,70	R$ 1.925,00
15	Cenoura, de 1ª qualidade – peso de 120g, embalagem secundária: caixas plásticas ou de madeira ou de papelão.	KG	500	Da Serra	R$ 5,45	R$ 2.725,00
16	Cheiro verde (coentro e cebolinha) regional	MÇ	800	Da Serra	R$ 2,75	R$ 2.200,00
17	Chuchu de 1ª qualidade – casca lisa, tamanho médio a grande, isenta de fungos e indícios de germinação.	KG	100	Da Serra	R$ 4,70	R$ 470,00
18	Coco seco de 1ª qualidade – descascado, livre de rachaduras e fungos.	UN	100	Da Serra	R$ 4,50	R$ 450,00
19	Coco Verde de 1ª qualidade – casca lisa e livre de fungos.	UN	600	Da Serra	R$ 2,10	R$ 1.260,00
20	Couve Flor de 1ª qualidade – peso médio de 200g, sem folhas, livre de fungos, boa aparência.	UND	150	Da Serra	R$ 10,50	R$ 1.575,00
21	Folha de couve de 1ª qualidade – folhas limpa e livre de mancha ou furo e sem está amarelada, aparência boa e coloração verde escuro.	MÇ	100	Da Serra	R$ 5,40	R$ 540,00
22	Kiwi de 1ª qualidade – peso médio de 50g, casca lisa, textura firme e sem fungos.	KG	50	Da Serra	R$ 27,00	R$ 1.350,00
23	Laranja pera de 1ª qualidade – peso médio 80g, casca lisa, firme e livre de fungos.	UND	2.000	Da Serra	R$ 6,45	R$ 12.900,00
24	Limão Tahiti – 1ª qualidade – peso médio 20g, casca	KG	150	Da Serra	R$ 5,45	R$ 817,50

	lisa livre de fungos.							
25	Macaxeira de 1ª qualidade – peso médio de 200g, sem indicio de fungos e boa aparência.	KG	500	Da Serra	R$	5,30	R$	2.650,00
26	Maçã vermelha de 1ª qualidade – peso médio de 100g por fruta, madura, livre de machucados e fungos.	UN	1.000	Da Serra	R$	6,20	R$	6.200,00
27	Mamão, formosa, de 1ª qualidade, grau mínimo de maturação, peso médio 1kg por fruta, casca lisa e livre de fungos.	KG	300	Da Serra	R$	7,30	R$	2.190,00
28	Manga Tommy de 1ª qualidade – peso médio de 150g, casca lisa e livre de fungos, com maturação de 80%..	KG	250	Da Serra	R$	8,40	R$	2.100,00
29	Maxixe de 1ª qualidade – peso médio de 20g e livre de fungos.	KG	80	Da Serra	R$	10,00	R$	800,00
30	Maracujá de 1ª qualidade – peso médio de 100g, com casca lisa, firme e sem fungos.	KG	150	Da Serra	R$	10,00	R$	1.500,00
31	Melancia de 1ª qualidade – peso médio 10kg.	KG	2.000	Da Serra	R$	5,75	R$	11.500,00
32	Melão amarelo tipo 6 de 1ª qualidade – semi maduro, consistência firme, casca lisa e sem fungos.	KG	200	Da Serra	R$	4,40	R$	880,00
33	Morango de 1ª qualidade – bandejas com peso médio de 200g, livre de fungos e adicionado em caixa de papelão com 4 bandejas, livre de umidade e em bom estado de conservação.	BDJ	200	Da Serra	R$	19,00	R$	3.800,00
34	Pepino de 1º qualidade, sem marcas e sem fungos.	KG	100	Da Serra	R$	3,30	R$	330,00
35	Pêra verde de 1ª qualidade – casca lisa e livre de fungos e machucados.	KG	150	Da Serra	R$	12,50	R$	1.875,00
36	Pimentão, verde de 1ª qualidade, tenros, peso médio de 150g, livre de fungos.	UND	150	Da Serra	R$	2,90	R$	435,00
37	Pimenta de cheiro de 1ª qualidade – livre de fungos.	KG	80	Da Serra	R$	22,50	R$	1.800,00
38	Quiabo de 1ª qualidade – peso médio de 20g livre de fungos.	KG	80	Da Serra	R$	7,20	R$	576,00
39	Repolho verde de 1º qualidade – peso médio 800g sem indicio de fungos	KG	300	Da Serra	R$	5,20	R$	1.560,00
40	Repolho roxo de 1º qualidade – peso médio de 800g sem indicio de fungos.	KG	300	Da Serra	R$	7,00	R$	2.100,00
41	Tangerina Pokan de 1ª qualidade – peso médio 100g, casca lisa livre de fungos.	KG	800	Da Serra	R$	7,70	R$	6.160,00
42	Tomate 1ª qualidade, tamanho médio, com aproximadamente 80 % de maturação, sem ferimentos e livre de fungos.	KG	500	Da Serra	R$	7,40	R$	3.700,00
43	Uva Roxa de 1ª qualidade – sem sementes, livre de fungos, acondicionada em embalagem secundária: caixas plásticas ou de madeira ou de papelão.	KG	800	Da Serra	R$	15,00	R$	12.000,00
44	Uva Verde de 1ª qualidade – livre fungos, acondicionada em embalagem secundária: caixas plásticas ou de madeira ou de papelão.	KG	800	Da Serra	R$	12,20	R$	9.760,00

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3. As despesas correrão por conta de recursos oriundos, conforme segue:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
UNID. ORÇAMENTÁRIA	020100 – PREFEITURA MUNICIPAL 02.06.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS – SEFIN 02.14.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇAO – SEAD

	022500 – SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE SEMAM 022400 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO E SERVIÇOS 02.23.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO E OBRAS – SDO 021900 – SECR. MUN. DE DES. RURAL, DEFESA CIVIL E MEIO AMBIENTE.
PROJETO ATIVIDADE	04.122.0010.2005.0000 – FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO. 04.123.0041.2028.0000 – SUPERINTENDÊNCIA DE FINANÇAS. 04.122.0031.2020.0000 – SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO. 18.541.0027.2137.0000 - SUPERINTENDÊNCIA DE DE MEIO AMBIENTE. 15.451.0360.2072.0000 – SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO. 15.451.0363.2034.0000 – MANUTENÇÃO DA PRAÇA DE EVENTOS 15.451.0055.2153.0000 – DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA RURAL
ELEMENTO DE DESPESA	3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO
FONTE DE RECURSOS	500 – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 700 – OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES 00 – RECURSOS ORDINÁRIOS 1.700 - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES 1.500 – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS (EXERC. CORRENTE)

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

5.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

5.1 O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses contados da assinatura contratual**, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.

CLÁUSULA SEXTA – DA RESCISÃO E TÉRMINO DO CONTRATO

6.1 O presente Contrato se extingue com o termo final disposto na Cláusula Quinta, salvo se houver prorrogação através de aditivo, mas poderá ser rescindido a qualquer tempo, por interesse de qualquer uma das partes ou mediante a emissão de aviso prévio de no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas, com prova de recebimento, ou no caso de ocorrer entendimento pela não obrigatoriedade de entregar o objeto.

Parágrafo Primeiro – dos Outros Casos de Rescisão

6.2 Haverá, ainda, rescisão do presente contrato, a critério da parte interessada, na ocorrência:

a) Por inadimplemento;

b) Desobediência à Cláusula Sexta;

c) Impossibilidade ou recusa da CONTRATADA em dar continuidade na realização do fornecimento;

d) Na hipótese de transferência da execução deste contrato a terceiros, no todo ou em parte, sem prévia autorização da CONTRATANTE;

e) Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato;

f) Na ocorrência de qualquer motivo previsto nos arts. 137 da lei nº 14.133/21.

6.3 Nos casos de extinção, previstos nesta cláusula, serão observados os procedimentos previstos nos arts. 138 e 139 da lei nº 14.133/21, no que couber sua aplicação.

CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

7.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos materiais recebidos provisoriamente com as especificações constantes neste Termo e na proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

7.3 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

7.4 Designar funcionários, para acompanhar e fiscalizar o cumprimento contratual, bem como para aprovar a execução do objeto;

7.5 Exigir da Contratada, sempre que necessário, a comprovação da manutenção das condições de habilitação e de qualificação exigidas no procedimento de contratação;

7.6 Efetuar o pagamento devido, após o adimplemento da obrigação, mediante Nota Fiscal/fatura devidamente atestada, desde que cumpridas todas as formalidades e as exigências da contratação;

7.7 Anotar em registro próprio e notificar a Contratada sobre quaisquer falhas verificadas no cumprimento contratual, para fins de correção dentro do prazo estabelecido;

7.8 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, incluindo encargos tributários e trabalhistas, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal;
8.4 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor – Lei n.º 8.078/1990;
8.5 Observar os prazos para a execução do fornecimento;
8.6 Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas;
8.7 Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;
8.8 Responsabilizar-se pelos encargos fiscais, comerciais e trabalhistas, resultantes da execução do contrato, devendo, portanto, responsabilizar-se por todos os ônus referentes a entrega dos produtos na Diretoria Administrativa, na forma da Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput;
8.9 Responder pelos danos causados diretamente à Administração desta Fundação ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da entrega dos itens, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Prefeitura Municipal de Piripiri, na forma da Lei nº 14.133/2021, art. 120;
8.10 Apresentar, sempre que solicitada, documentos que comprovem a procedência do produto fornecido;
8.11 Acatar as instruções emanadas da fiscalização;
8.12 A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato, na forma da Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º.

CLÁUSULA NONA – CLÁUSULA DERROGATIVA

9.1 A Contratada se obriga a manter, durante a vigência do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DECIMA - DO INADIMPLEMENTO

10.1 O inadimplemento das obrigações previstas no presente Contrato será comunicado, por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias após a ocorrência, pela parte prejudicada à infratora, a fim de que esta providencie a devida regularização no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sendo que a não regularização implicará na imediata rescisão do Contrato, sem prejuízo de outras sanções.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES

11.1 A CONTRATADA inadimplente, total ou parcialmente, ficará sujeita às sanções legais, a saber:
a) advertência;
b) multa de 0,3% por dia de atraso até o trigésimo dia ultrapassado do prazo, além de receber multa de 10% calculados sobre o valor do contrato;
c) impedimento de contratar com a Administração Municipal, pelo prazo de até 2 (dois) anos; e
d) declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
9.2 O CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA, cumulativamente ou não, qualquer das medidas acima, a seu critério, não obstando que o contrato seja rescindido.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO REAJUSTE DE PREÇOS E EQUILÍBRIO ECONÔNICO FINANCEIRO

12.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.
12.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
12.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

12.4 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

12.5 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

12.6 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

12.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

12.8 O reajuste será realizado por apostilamento.

12.9 Os preços poderão ser revisados, nos termos da legislação vigente, respeitando sempre, o princípio constitucional e legal do equilíbrio econômico-financeiro deste contrato, conforme Art. 124 da lei nº 14.133/21.

12.9.1 A CONTRATADA deverá indicar fatos imprevisíveis, se não for o caso, indicar fatos previsíveis com consequências imprevisíveis;

12.9.2. Instruir o pedido com parecer contábil, se possível;

12.9.3. Não se reportar a fatos absolutamente estranhos ao instrumento convocatório ou ao Contrato, apresentando documentos comprobatórios dos fatos alegados;

12.9.4 Instruir o pedido de reequilíbrio econômico financeiro com parecer contábil, planilha de custos, documentos que comprovem a recomposição dos preços, comprovante de fatos imprevisíveis; comprovante de fato previsível com consequências imprevisíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VINCULAÇÃO

13.1 Faz parte deste contrato, o edital do **Pregão Eletrônico Nº 18/2024, Processo Administrativo nº 2.024/2024** e seus anexos e a proposta da Contratada, como se aqui estivessem transcritos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

16.1. Fica eleito o foro de PIRIPIRI, Estado do Piauí, para dirimir os conflitos que possam advir da execução do presente Contrato, que não possam ser resolvidas por meios administrativos, renunciando-se a qualquer outro, por mais privilegiado que o seja.

16.2. Os casos omissos serão decididos pela Administração CONTRATANTE.

E por assim estarem justas e CONTRATADAS, assinam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de duas testemunhas, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Piripiri-PI, 03 de maio de 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRIPIRI Jovenília Alves de Oliveira Monteiro - Prefeita Municipal- CONTRATANTE	Francilene dos Santos Carvalho FRANCILENE DOS SANTOS CARVALHO-ME Francilene dos Santos Carvalho -Representante Legal- EMPRESA CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1ª) Erica T. J. Nascimento RG/CPF 018.258.343-00

2ª) Maria Suely Matos Lopes RG/CPF 059.304.037-33